

CÂMARA MUNICIPAL

DE

COVILHÃ

ATA N.º 20 / 2020

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DO DIA

23 DE OUTUBRO DE 2020 - REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2020

(CONTÉM 17 FOLHAS)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE VÍTOR MANUEL PINHEIRO PEREIRA _____

VEREADOR JOSÉ ARMANDO SERRA DOS REIS _____

VEREADOR CARLOS ALBERTO PINTO _____

VEREADOR MARIA REGINA GOMES GOUVEIA _____

VEREADOR ADOLFO MIGUEL BAPTISTA MESQUITA NUNES _____

VEREADOR JOSÉ MIGUEL RIBEIRO OLIVEIRA _____

VEREADOR JORGE MANUEL AFONSO GOMES _____

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

CÂMARA MUNICIPAL**DA****COVILHÃ****TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 20/2020**

Da reunião ordinária pública de 23 de outubro de 2020, realizada no dia 20 de novembro de 2020, iniciada às 09:30 horas e concluída às 10:45 horas.

Sumário:	01
Abertura	02
Período Antes da Ordem do Dia	03
Período da Ordem do Dia	10
Agenda	10
Aprovação de Atas	10
Balancete	10
Despachos	10
DAGCJ	11
DFMA	12
DOP	13
DECAD	14
DU	15
Intervenção do Público	16
Aprovação em minuta	17
Votação das deliberações	17
Montante Global de Encargos	17
Encerramento	17

ABERTURA**ATA Nº 20/2020**

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã que deveria ter sido realizada no dia 23 de outubro, com caráter público, adiada pelo edital datado de 21 de outubro de 2020, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores José Armando Serra dos Reis, Carlos Alberto Pinto (por videoconferência), Maria Regina Gomes Gouveia, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (por videoconferência), José Miguel Ribeiro Oliveira e Jorge Manuel Afonso Gomes.

A reunião foi secretariada pela Senhora Dr.^a Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica.

E pelas 09:30 horas, o Senhor Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA****1. AGENDA****2. APROVAÇÃO DE ATAS****3. BALANCETE****4. DESPACHOS****5. DEPARTAMENTOS****5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO JURÍDICA****5.2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****5.3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO****5.4. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO****5.5. DIVISÃO DO URBANISMO**



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal da Covilhã, iniciou perguntando aos Senhores Vereadores quem pretendia intervir neste ponto.

Foi concedida a palavra ao Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo, relativamente à situação pandémica do concelho da Covilhã, que lhe parecia “manifesta a desproporção de reação entre a 1.ª vaga e a 2.ª. Na 1.ª houve, de facto, uma mobilização de recursos; nesta 2.ª parece-me que estamos com menos meios e com menos recursos.”

Questionou quais “os meios disponibilizados pela Câmara para mitigar os riscos de contágio pela população mais vulnerável com testes, equipamentos e espaços para que as pessoas possam, caso necessário, estarem recolhidas.

Relembrou a existência, na 1.ª vaga, de hospitais de campanha e de protocolos efetuados junto de empreendimentos turísticos e de unidades hoteleiras para acolher, quer profissionais de Saúde, quer familiares, quer pessoas que tinham que estar em isolamento e perguntou se para a 2.ª vaga isso estava a ser previsto.

“Relativamente à política dos testes, saber se há ou não uma política de aquisição de testes para a população, pelo menos à população mais vulnerável porque me parece importante que essa política existisse.”

Por ver vários presidentes de junta a fazerem comunicações às populações que são diferentes cada uma por si”, perguntou “se a Câmara Municipal já teve alguma reunião conjunta entre representantes da Direção Geral de Saúde, com todos os parceiros associativos e sociais para termos uma estratégia conjunta. Parece-me que não há uma coordenação a nível concelhio por parte da Câmara na capacidade de resposta destas primeiras entidades a quem as populações recorrem para se informar e para saber o que tem que fazer. Seria importante e útil que a Câmara liderasse este processo em parceria com a Direção Geral de Saúde para que houvesse uma comunicação muito eficaz às populações que estão desorientadas com aquela que é a confusa comunicação por parte do Estado e do Governo.

Ainda na questão da pandemia, mas na sua componente de crise económica, estamos a aproximar-nos do Natal e, ainda que não saibamos como é que as nossas consoadas se vão realizar, vamos ter limitações e restrições que vão ser prejudiciais ao comércio e às atividades de restauração. A minha proposta/pergunta é se existe algum apoio aos comerciantes e restaurantes. Seria útil que nos antecipássemos e que tivéssemos um plano para apoiar os comerciantes e a restauração que têm, no mês de dezembro, o seu melhor mês. Seria, por exemplo, útil isentar estas atividades, para além das atividades das instituições de solidariedade social, de taxas durante um período de tempo que seja bastante robusto. Não falo nem em moratórias, nem em diferimentos de pagamentos, mas de isenções de taxas para podermos, pelo menos, darmos um sinal de confiança às microempresas do concelho que necessitam do Natal e da atividade natalícia para poder melhorar um ano que foi desastroso.”

Informou que tinha recebido várias queixas anónimas a alertar para o facto “de que não existe, por parte da Câmara, uma política coerente sobre a forma de trabalho dos trabalhadores da Câmara neste tempo de pandemia. Há áreas que estão a trabalhar em espelho (15 dias uma equipa, 15 dias outra) mitigando-se riscos de contágio, mas que há departamentos ou serviços da Câmara em que essa distribuição não é feita dessa mesma maneira. Gostava de saber se é verdade que funcionários da Câmara estão a ser expostos a políticas diferentes de organização do trabalho e estando se há casos em que não existe esta política em espelho em que permite, pelo menos, um isolamento de alguém durante 14 ou 15 dias, mitigando os riscos de contágio.

Perguntar se os apoios às instituições particulares de solidariedade social, que falamos na última reunião, e também os apoios de Natal se já chegaram ou se ainda não foram pagos.”

Alertou para o mau funcionamento de um posto de iluminação pública à frente ao Hospital Hospitalar e Universitário da Cova da Beira no território da Freguesia da Boidobra.

Por último, abordou a questão da sinalização da ciclovia. “Dizer que era importante e útil, num momento em que as pessoas têm a vida virada do avesso, que têm o seu momento familiar mais alto, que é o Natal, sem saberem o que vai acontecer, com uma comunicação por parte do Estado que é completamente desnorteada e contraditória, o mais relevante que a Câmara pudesse estar a fazer pelos munícipes neste momento, sem prejuízo do acerto ou desacerto da política relativamente à mobilidade das bicicletas, é dar uma mensagem de segurança e de confiança. Era preferível que aquilo que os munícipes estivessem a falar fosse da comunicação que a Câmara eficazmente faz relativamente ao Covid do que relativamente às bicicletas.”

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à reação da Câmara Municipal na 1.ª e 2.ª vaga, explicou que, “quando fomos totalmente confrontados abruptamente com esta pandemia, tudo quanto se fazia era muito mais notado. Infelizmente a 2.ª vaga rotinizou as práticas de acompanhamento, vigilância e de retaguarda. Tudo está mais afinado do que estava antes. Quando as coisas entram numa rotina, que até é indesejável do ponto de vista da existência da pandemia, a verdade é que as coisas se notam menos.

No que diz respeito à retaguarda de um eventual agravamento mais acentuado desta pandemia, importa dizer que temos 197 locais de retaguarda e até já os estamos a aumentar. Felizmente nenhum deles foi necessário; temos uma infraestrutura municipal de retaguarda com 42 quartos individuais com a respetiva casa de banho para que ali estejam em segurança todos quantos não tiverem a possibilidade, do ponto de vista do acolhimento, ou em instituições de solidariedade social ou na sua própria residência; e temos em prontidão operacional, caso seja necessário acionar, um alojamento sanitário para profissionais de saúde numa unidade hoteleira (30 camas).

Como vê, temos salvaguardadas todas e quaisquer possibilidades esperando que não seja necessário acioná-las.

Não há dúvida nenhuma que esta situação se agravou em todo o país, mas também aqui. Somos uma cidade com muito movimento e com muita dinâmica. Daqui fluem e saem muitas pessoas para diversas partes do país. Apesar das restrições que temos aos fins de semana neste contexto que recentemente se encetou, a verdade é que, por mais cautelas que tenham, a circulação não melhorou, embora o agravamento não seja tão exponencial e cremos que, também à semelhança nacional, se abrande o ritmo e quebrem as cadeias de contágio para evitar que elas cheguem aos

hospitais porque os hospitais estão lá só e apenas para tratar o mal e temos que tratar este problema a montante (na prevenção de todos nós).

Não há qualquer descoordenação. Com o contágio que se disseminou com maior intensidade e de uma forma generalizada por todos os concelhos, é natural que os responsáveis políticos e locais, designadamente os presidentes de Junta, fiquem preocupados e constantemente reajam e a primeira reação é sempre a dos testes. Quero dar nota que temos dois Covid Drives no Centro Hospitalar: o do próprio hospital e outro que é a continuação daquele que já existia no complexo desportivo com a prestimosíssima ajuda do Laboratório da Universidade da Beira Interior.”

Relembrou que na 1.^a vaga a Câmara Municipal da Covilhã tinha adquirido 2 mil testes para os concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte e, “num primeiro acerto de contas, o Município do Fundão comprou mil testes para estes drives, fazendo a compensação. Cá estamos a cooperar e a evidenciar que a cooperação intermunicipal é fundamental para fazer face a situações como esta.”

Continuou dizendo que “a nossa Proteção Civil Municipal e os responsáveis da Direção Geral de Saúde a nível local e regional têm sido incansáveis. Estão 24 sobre 24 horas disponíveis para trabalhar neste sentido. Aliás, até há uma coisa que não existia: a divulgação parcelar dos números que é feita pelo próprio site da Câmara Municipal sem obviamente violar a Lei da Proteção de Dados. Esse é, muitas vezes, o problema de alguns senhores presidentes de Junta que tendem saber quem são as pessoas e o problema aí colide muitas vezes com a Proteção de Dados e a Direção Geral de Saúde tem-se reservado no que diz respeito a esse tipo de informação, sendo que as próprias entidades de saúde, logo que têm conhecimento de um caso concreto, atacam essa mesma situação. É também graças ao generoso e empenhado trabalho dos senhores presidentes de Junta que se identificam também muitas cadeias e focos de contágio.

Relativamente à questão económica, existe uma panóplia de medidas, umas que estão a ser levadas, outras, entretanto, que já foram tomadas em devido tempo: isenção das taxas de publicidade; isenção de taxas de esplanadas com autorização para aumento da utilização do espaço público; isenção de taxas do estacionamento tarifado; suspensão das rendas de concessão dos espaços municipais; programa “Covilhã entrega” em que, nos fins de semana, custeamos o pagamento das taxas da entrega ao consumidor e as taxas de serviço pagas pelos estabelecimentos comerciais que está relacionado com o projeto “Compras na Covilhã”.

Quanto à plataforma online denominada por “Compras na Covilhã”, “em que a Associação Empresarial dos concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor é parceira, no sentido de dinamizar e revitalizar o comércio de todo o concelho, mas com particular enfoque no comércio tradicional”, explicou quais os seus objetivos estratégicos gerais e no que consistia. Informou que 75 estabelecimentos já tinham aderido ao programa, prevendo-se que entre em vigor na primeira semana de dezembro.

Relativamente à gestão dos Recursos Humanos da Câmara Municipal, informou que estavam a aplicar a lei e a trabalhar em espelho: “Poderão existir pontuais dificuldades, mas procuramos ser o mais rigorosos possível nesse mesmo domínio.”

Quanto ao problema da iluminação, referiu que iriam verificar o que se estava a passar.

“No que diz respeito à ciclovia, estamos a partilhar vias. Já dei instruções, no seguimento daquilo que são boas práticas do país e do mundo, de unir aqueles símbolos de bicicletas por uma faixa colorida, preferencialmente verde, que ligue e une todos esses símbolos, no sentido de alertar



ainda mais os nossos cidadãos automobilistas de que existe a possibilidade de encontrar a circular de forma mais lenta outros nossos concidadãos em bicicletas ou em trotinetes.”

O Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “tem sido ensurdecedor a ausência de algumas entidades que têm alguma coisa a dizer e a expressar sobre a situação sanitária do nosso concelho.

Tomei conhecimento pela comunicação social e não por comunicados dessas entidades que estaremos num grupo próximo da expressão máxima organizada quanto aos novos casos – 410 casos por 100 mil habitantes. Esta é a informação da Direção Geral de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas publicada ontem ou anteontem nos jornais e é um número preocupante. Os municípios não coordenam as estruturas de saúde e, portanto, não se percebe que a nível nacional nos entre pelas nossas casas a comunicação dos responsáveis da Saúde numa situação global do país e não temos ao mesmo tempo o esclarecimento adequado a nível municipal e a nível concelhio dessa extensão capilar do Ministério da Saúde, não digo diariamente, mas semanalmente ou quinzenalmente da situação do nosso concelho.

Acordamos de um dia para o outro com o município da Covilhã com 410 casos por 100 mil habitantes que é uma brutalidade, atendendo que estamos no grupo dos mais atingidos.

Portanto, a primeira nota: a ausência das entidades de saúde na informação concelhia.

A segunda nota para dizer que também tem sido ensurdecedor aquilo que neste contexto seria a presença da Secretaria de Estado para a Valorização do Interior e do responsável indicado para esta zona centro durante, salvo erro, o mês de maio ou junho dando como o rosto daquilo que seria a resposta sanitária, não a cada município, mas à região.

O funcionamento destas estruturas com rosto apareceu, em determinada altura, como algo que teria justificação na medida em que este problema é um problema que exige coordenação de diversas entidades que atuam no campo sanitário, no campo social, no campo económico e esta coordenação é completamente inexistente aos meus olhos, quer por parte da Secretaria de Estado de Castelo Branco, quer por parte daquilo que seria também a expressão destas preocupações da comunidade intermunicipal em que nos colocamos.

Fico muito grato pela missão de info-inclusão que nos trouxe o Senhor Presidente da Câmara, mas temos o Senhor Presidente da República a informar a continuidade do estado de emergência, o endurecimento das medidas e o encerramento total ou forçado previsto de estabelecimentos, de serviços e de empresas. Dentro desta perspetiva parece-me que devemos preparar as pessoas para esta mitigação cada vez mais acentuada daquilo que possam ser os fatores de transmissão e contaminação.

Na anterior reunião perguntei ao Senhor Presidente o que é que estava a funcionar em termos de organização dos serviços municipais e eu via com muito agrado, tal como está a acontecer na maior parte das empresas, que se procedesse à defesa da saúde dos funcionários da Câmara, levando a que o teletrabalho (admito que possa estar já a ser feito isso) seja a regra no Município da Covilhã enquanto não ultrapassarmos esta fase que nos deve mobilizar a todos.

Sem embargo de considerar que este anunciado website é muito importante, muito embora todos saibamos que iniciativas de websites na região e na Covilhã já foram várias lançadas. Portanto, aí continha-me nas expetativas, desejando o maior sucesso como é evidente e

admitindo que há uma cultura que se vem incrementando quanto a estas medidas até pelas notícias que já teremos ultrapassado em todo o mundo mais de 50% de vendas online no comércio em geral.

As minhas preocupações são quanto ao crescimento da contaminação pandémica e daquilo que podemos fazer no nosso pequeno círculo, quanto a mais informação da autoridade sanitária e não das municipais porque essas não dispõem nem de poderes nem de ação possível nessa matéria.

As autoridades sanitárias locais devem reproduzir e replicar a informação a nível municipal para que todos saibamos em que meio é que estamos a viver e em que progressão da pandemia, tal como acontece a nível nacional.

Tudo isto que aparece com os testes e outras coisas do género não tem a massificação necessária para que o problema seja visto com o enfoque adequado. Quando vemos um país que, pura e simplesmente, no fim de semana passou a pente fino praticamente toda a população para dar um caminho àquilo que é o conhecimento de quem é que está infetado e as medidas necessárias daí decorrentes, quando vemos essa ação a nível internacional como é que podemos imaginar que é agora com mais mil ou mil e quinhentos testes que resolve o problema, no nosso caso de 50 mil pessoas?

Também este aspeto de observação que a meu ver deve ser colocado pelas autoridades políticas exigindo uma intervenção globalizada e que, realmente, nos mostre qual é a situação sanitária, não daqueles que caem da malha da deteção da doença, mas de todos os outros que vamos andando no dia-a-dia.

Sobre as ciclovias, falta a coisa mais simples que é as bicicletas. Quando vi aquela monogravura do ciclista mesmo em cima do paralelepípedo, não se percebendo o que é que aquilo significa, vejo depois na Infante D. Henrique em que metade da via passou a ser de bus e de bicicletas. Estou de acordo com todas as formas de devolver às pessoas o espaço urbano. Sejamos práticos, estamos numa cidade de montanha e desejo que algum dia destes eu acorde e que me encontre com uma movimentação ciclista significativa, o que estou para ver é que, não tendo sido bem-sucedida a fase inicial do projeto que nos foi apresentado, isto é, da criação das ciclovias pintadas a vermelho e restritas em cada uma das avenidas da cidade, passou-se depois para outra fase em que não vejo nem um movimento de autocarros nem de bicicletas a circular que justifiquem a restrição espacial da circulação dentro daquela via. Passámos de faixas de circulação ciclista de 1 metro e tal para metade da via afetada aos transportes coletivos (bus) e às bicicletas, sem que isso se traduza em simultâneo naquilo que era normal que é a justificação circulatória dos bus e das bicicletas.

Acho que valia a pena levar a uma ponderação sobre estas sucessivas medidas (já não falo nos custos) do ponto em que as bicicletas tenham o sucesso que tem a utilização do funicular, das pontes, dos elevadores, etc.

Devo confessar que, quando se mantém na Avenida Frei Heitor Pinto o paralelepípedo, não vejo como é que a circulação ali é cómoda para se andar de bicicleta. A minha pergunta é outra: não se devia ter apostado no incentivo às bicicletas com as vias e os termos de circulação em que a bicicleta tem a proteção do Código da Estrada? E então sim, perante esse fluxo e essa confirmação do uso da bicicleta, a rede de ciclovias se tornar quase imperativa e daí uma obrigação perante a cidade.

É uma reflexão e nada mais do que isso na medida em que, às vezes, as coisas vão por experimentação. Sempre tive dúvidas dada a natureza da nossa cidade orográfica e que se vê que estão confirmadas essas dúvidas.

O que desejaria era que as lições fossem retiradas para que as medidas que se tomem sobre isso conduzam àquilo que é o mínimo: o uso da bicicleta e a confirmação que é possível numa cidade de montanha.

Em relação às autoridades de saúde que invoco no que respeita ao acréscimo de informação municipal e concelhia, são as autoridades de saúde que têm responsabilidades de administração da saúde e não aqueles que fazem e promovem os cuidados de saúde nos hospitais e nos centros de saúde que têm sido admiráveis e que merecem uma palavra de agradecimento coletivo.

O Covid terá o combate com a vacinação que se anuncia. Ao mesmo tempo fala-se da preocupação, já não digo da distribuição, mas da conservação da vacina. A este propósito, valeria a pena olhar sobre as circunstâncias em que se encontram as infraestruturas de saúde do nosso concelho para promoverem, logo que esteja disponível, aos nossos concidadãos esta vacina.

Não ficaria mal nesta matéria ir sabendo o que é que se passará na hora seguinte a que a vacina esteja disponível para não ficarmos surpreendidos: ou de não haver condições ou não ter tido tempo para haver condições de uma vacinação em massa.”

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que as ciclovias ainda não estavam concluídas. “Depois de concluídas, há que verificar, existindo as bicicletas em circulação, em que condições e em que forma podemos corrigir alguma coisa que pontualmente esteja mal.

A nossa orografia não é amiga da ciclovia, mas temos que nos adaptar às circunstâncias. No piso em paralelepípedo, obviamente, não é tão cómodo pedalar ou ir em cima de um velocípede como num piso liso pela trepidação provocada. A existência de alcatrão em cima de algumas zonas onde agora existe paralelepípedo torna-se perigosa na medida que os veículos automóveis tendem a circular com velocidades excessivas.

Vamos aguardar pela concretização das ciclovias, pela sinalização definitiva. Há também outros arranjos interessantes, práticos e seguros, que vão ser levados a efeito, designadamente na zona da Avenida Europa, e depois tentar replicar aquelas que forem consideradas as melhores práticas em termos de ciclovias”.

Sublinhou também que a concretização das ciclovias não começou bem e que os erros foram detetados e imediatamente se mandou suspender a execução da obra para que se pudesse corrigir essa mesma trajetória.

O Senhor Presidente da Câmara explicou ainda que a restrição espacial não é propriamente um muro e que, em caso de necessidade, o veículo que tenha que invadir aquela zona, não existindo lá ciclistas, o pode fazer.

Observou que, efetivamente, as câmaras municipais não têm vocação para tratar assuntos no domínio da saúde ou de intervir de forma mais profunda nesse domínio, mas a nossa vocação ou aptidão é, de facto, colaborar. “Essa cooperação existe, daí aquela aquisição de testes, sendo que o Serviço Nacional de Saúde também tem e está municiado para responder com a realização de testes. A própria Segurança Social está a rastrear 25% dos quatro maiores lares do nosso

concelho. São testes semanais durante quatro meses e vamos também acompanhar essa situação, sendo que estão a ser praticamente rastreados todos os lares porque à mínima suspeita imediatamente se efetua a testagem. E quanto mais se testa mais se detetam casos de contaminação.

Reconheço que, por parte das autoridades de saúde, há um esforço hercúleo, uma capacidade de trabalho e de entrega e que os profissionais de saúde estão exaustos. Trabalham de forma abnegada, dedicada e com uma capacidade de entrega extraordinária.

Vivemos tempos difíceis e governar nestas alturas muito mais difícil se torna. Estamos a fazer tudo o que é possível em todas as frentes. Temos uma avalanche de solicitações simultâneas a todos os níveis mais do que o normal, mas estamos determinados a ajudar a resolver um problema que é de todos nós, embora não tenhamos essa vocação, mas temos essa obrigação.

Vamos procurar dar o nosso melhor.”

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara passou ao Período da Ordem do Dia.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não existem documentos agendados neste ponto.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 7.419.510,86 € (sete milhões, quatrocentos e dezanove mil, quinhentos e dez euros e oitenta e seis cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 6.101.791,52 € (seis milhões, cento e um mil, setecentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 1.317.719,34 € (um milhão, trezentos e dezassete mil, setecentos e dezanove euros e trinta e quatro cêntimos).

4. DESPACHOS

Não foram agendados assuntos neste ponto.

5. DEPARTAMENTOS

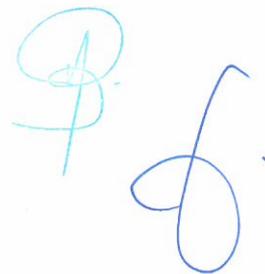
5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO JURÍDICA

Não foram agendados assuntos neste ponto.



5.2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Não foram agendados assuntos neste ponto.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'S' followed by a cursive name.

5.3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

Não foram agendados assuntos neste ponto.



5.4. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO

Não foram agendados assuntos neste ponto.



5.5. DIVISÃO DO URBANISMO

Não foram agendados assuntos neste ponto.



- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não foram registadas inscrições para intervenção do público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de € 0,00 (zero euros).

ENCERRAMENTO

Pelas 10:45 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si ser assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica.

O Presidente da Câmara, _____



A Diretora do DAGCJ, _____

